



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UNB/MEC/SECADI
III Curso da Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania com Ênfase em EJA/
2014-2015

CONCELITA DA CONCEIÇÃO PESSOA
MÁRCIA NEY PESSOA

**De escola rural para escola do campo: Caminhos para reabertura de uma escola
rural nos princípios da Educação do Campo**

Brasília, DF
Novembro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UNB/MEC/SECADI
III Curso da Especialização em Educação na Diversidade
e Cidadania com Ênfase em EJA/ 2014-2015

**De escola rural para escola do campo: Caminhos para a reabertura de uma escola
rural nos princípios da Educação do Campo**

**CONCELITA DA CONCEIÇÃO PESSOA
MÁRCIA NEY PESSOA**

Me. Márcia Mariana Bittencourt Brito
Me. Indira Vanessa Rehen

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF
Novembro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UNB/MEC/SECADI
III Curso da Especialização em Educação na Diversidade
e Cidadania com Ênfase em EJA/ 2014-2015

Me. Márcia Mariana Bittencourt Brito

Me. Indira Vanessa Rehen

De escola rural para escola do campo: Caminhos para a reabertura de uma escola rural nos princípios da Educação do Campo

Trabalho de conclusão do III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com Ênfase em EJA/2014-2015, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Me. Márcia Mariana Bittencourt

Orientadora

Me. Indira Vanessa Rehen

Tutora

Dr. Manoel Pereira de Andrade
Avaliador Externo

BRASÍLIA, DF
Novembro/2015.

Dedicamos este Projeto, que quiçá um dia vire realidade, à memória de Luísa Teixeira de Araújo e de Lázaro de Moraes Pessoa, que sonharam antes de nós. “Maravilha viver, se todos fossem iguais a vocês!” Esperamos que nosso trabalho possa levar-nos ao seu encontro!

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Pai que comanda o Universo: por nossa família, pelo sonho que foi sonhado antes de nós e por colocar em nosso percurso pessoas que possibilitarão torná-lo realidade!

À nossa família, de onde advém a força de lutar por este sonho! É uma honra ter nascido entre vocês! Na escola em que hoje nos tornamos especialistas, vocês são doutores há tempo!

Aos idealizadores deste curso e que o levam a cabo, mesmo com todas as dificuldades, professores Dr. Erlando Rêses e Me. Maria Luísa, por tornarem possíveis projetos como o nosso, fundamentados em políticas públicas já bem estabelecidas, apesar de não muito conhecidas, neste contexto atual dos governos de Lula e de Dilma a quem, aliás, também agradecemos, e muito! Obrigada pelas portas abertas! Obrigada também à UnB, uma universidade pública que busca incluir, de fato!

A toda a equipe da Faculdade de Educação que colaborou com nosso percurso: tutores, orientadores, pessoal de apoio e colegas. Vocês foram fundamentais! Com vocês, não estivemos demasiado certas de nossas certezas! Muito obrigada por tudo!

À excelente Professora Márcia Bittencourt, pela paciência, competência, habilidade, generosidade e disposição com que nos orientou e por ter apostado em nós muito mais do que nós mesmas! Você traz no sangue a força do campo, linda guerreira!

Aos nossos alunos de hoje e de ontem, que nos ensinaram muito mais do que ensinamos a eles!

A nossas e nossos colegas de trabalho, em cujo convívio fomos nos fazendo, nos tornando professoras. Gente com quem fizemos história e fomos por ela feitas; fizemos cultura, sonhamos, cantamos, musicamos, pintamos, aprendemos, ensinamos e nos assombramos, construindo a cada dia nossos pontos de vista, nossas ideias de formação!

Ao povo devoto do Cerradinho e da Água Limpa e das demais comunidades, por serem tudo o que são! Seus saberes e sua luta nos incentivam a querer ir cada vez mais além, apesar de todas as nossas idas e vindas!

À professora Marly, nossa alfabetizadora, pelas descobertas que nos possibilitou, por ser nossa ouvinte e pelas valiosas contribuições neste projeto!

À família nossa de cada dia, pela compreensão de nossas ausências e pelo pronto apoio sempre solicitado!

À Grande Vida, enfim, que pulsa em nossos corações e que nos impulsiona a recomeçar sempre, passo a passo, no Percurso, exercitando nossa capacidade de aprender e de ensinar, como sujeitos inconclusos que somos!

Basta olhar a realidade com sinceridade para ver que há uma grande deterioração da nossa Casa Comum...o atual sistema é insustentável, a partir de vários pontos de vista.

Papa Francisco-2015.

RESUMO

Este trabalho trata da mudança de uma escola rural em uma escola do campo e tem como objetivo propor a reativação de uma escola na área rural, nos princípios da Educação do Campo. Para se chegar a essa reabertura, recorre-se a políticas públicas federais e a parcerias diversas. Propõe-se que a escola seja o espaço privilegiado de disseminação de práticas voltadas para a autonomia e para a conscientização dos estudantes para lutar pelos seus direitos. A fim de se observarem os resultados desse processo, dialogamos com autores que tratam da Educação do Campo e de seus princípios.

Palavras-chave: Escola do campo. Educação de Jovens e Adultos. Educação do Campo. Diversidade. Autonomia.

ABSTRACT

This paper tackles the change of a rural school in a school of the field and aims to propose the opening of a school in the rural area in the principles of the Education of the Field. To achieve this reopening, we resort to federal public policies and several partnerships. The school that is proposed is a privileged space for dissemination of practices for autonomy and awareness of students to fight for their rights. In order to observe the results of this process, we dialogue with authors who deal with the Education of the Field and its principles.

Keywords: *Field School. Youth and Adult Education. Education of the Field. Diversity. Autonomy.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1: "Escola Municipal Cel. José Pessoa" e centro comunitário José Venceslau Pessoa na comunidade de Cerradinho, município de Tiros-MG – página 15.

Foto 2: Placa do Centro Comunitário situado no mesmo “lote” da escola – página 15.

Foto 3 – Pico Nau de Guerra e Morro da Fragata (extremos) – página 17.

Foto 4 – Igreja Matriz de Santo Antônio em Tiros-MG – página 18.

Figura 1: Mapa da localização do Município de Tiros-MG – página 19.

LISTA DE SIGLAS

- EJA – Educação de Jovens e Adultos;
- Fonec – Fórum Nacional de Educação do Campo;
- PIL – Projeto de Intervenção Local;
- Pronacampo – Programa Nacional de Educação no Campo;
- SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROPONENTES.....	14
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	14
2.1. TÍTULO.....	14
2.2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	14
2.2.1. HISTORICO.....	16
2.2.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	19
2.2.3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	19
2.2.4. ASPECTOS POLÍTICOS.....	20
2.2.5 ASPECTOS SOCIAIS.....	21
2.2.6 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	21
2.2.7. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	21
2.3. INSTITUIÇÃO.....	22
2.4. PÚBLICO ALVO.....	22
2.5. PERÍODO DE EXECUÇÃO.....	22
3. AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	22
3.1. RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	24
4. JUSTIFICATIVA/CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA/MARCO TEÓRICO...25	25
4.1. JUSTIFICATIVA.....	25
4.2. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	26
4.3. MARCO TEÓRICO.....	26
5. OBJETIVOS.....	32
5.1. OBJETIVO GERAL.....	32
5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	32
6. ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES.....	33
7. CRONOGRAMA.....	33
8. PARCEIROS.....	34
9. ORÇAMENTO.....	35
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	35
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

INTRODUÇÃO

O presente Projeto de Intervenção Local – PIL, proposto para o III Curso da Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com Ênfase em EJA (2014-2015) tem o objetivo propor a reativação de uma escola na área rural, nos princípios da Educação do Campo a fim de intervir em uma realidade de uma região rural que está sendo destruída pelo agronegócio o que possibilita que os trabalhadores camponeses sejam assalariados e subordinados a ele.

Os camponeses perderam sua autonomia para produzir alimentos e não conseguem ter consciência para lutar pelos seus direitos. A única escola que servia a comunidade foi fechada. Nossa intenção é contribuir com a reabertura dessa escola, uma vez que fomos alfabetizadas nela e ela representa a história da nossa família e da nossa comunidade.

Temos a consciência de que o referido projeto poderia ser mais aprofundado, no entanto, as adversidades do momento nos levaram a apresentar apenas nossa intenção de pesquisa, porém que está pautada em articulações com a Secretaria Municipal de Educação e com diversos outros parceiros.

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL – PIL

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS PROPONENTES

**Nome: CONCELITA DA CONCEIÇÃO PESSOA
MÁRCIA NEY PESSOA**

Identificação da Turma: GRUPO 6

Identificação para contato:

Telefones:	e-mail:
8288-1664	concelitapessoa@gmail.com
8225-8972	marcianey@gmail.com

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1. Título: De escola rural para escola do campo: Caminhos para a reabertura de uma escola rural nos princípios da Educação do Campo

2.2. Área de Abrangência

() Nacional () Regional () Estadual () Municipal () Distrital (x) Local

Escola Municipal Luísa Teixeira de Araújo. Comunidade rural de Cerradinho, município de Tiros – MG (antiga Escola Rural Municipal Cel. José Pessoa).

Foto 1: "Escola Municipal Cel. José Pessoa" e centro comunitário José Venceslau Pessoa na comunidade de Cerradinho, município de Tiros-MG.



Foto: Lázaro Augusto Pessoa (2015)

Foto 2 – Placa do Centro Comunitário situado no mesmo “lote” da escola



Foto: Lázaro Augusto Pessoa (2015)

2.2.1. HISTÓRICO:

O Município de Tiros localiza-se em Minas Gerais. Segundo o site do IBGE Cidades, a região nos primórdios foi ocupada por índios das tribos Araxás, dos quais foram, não há muito, encontrados utensílios e armas numa gruta situada a apenas 6 quilômetros da atual sede do município. Desbravados os sertões e iniciado o trânsito para Goiás por vários caminhos, sentiram as autoridades fiscais a necessidade de unificar o tráfego, para melhor vigilância dos contrabandistas de ouro e diamantes. Foi, então, ordenada a abertura de um caminho que veio a passar exatamente onde é hoje o município. Um dos empreiteiros para a construção dessa célebre "picada" para Goiás foi o capitão Antônio Fagundes de Borba, vindo de Sabará e possivelmente descendente de Borba Gato. Recebeu ele, em troca de seus trabalhos, uma sesmaria que foi marcada na área hoje ocupada pelo município; construiu sua moradia no local, mais tarde denominado Fazenda Borbas e foi, assim, o primeiro morador a se fixar na região. Construído o caminho para Goiás e sertões do Paracatu, foram bloqueados os outros caminhos e instalados quartéis policiais ao longo da "picada" principal; um desses quartéis, o que supervisionava os demais, foi localizado onde é hoje a cidade de Quartel Geral; outro, subordinado ao primeiro, foi o Quartel D'Assunção, localizado junto a um córrego nas proximidades da sede do município. O comando do Quartel Geral foi confiado ao filho de um português radicado no Pitangui, o comendador Antônio José Delgado de Moraes Pessoa, capitão Antônio de Moraes Pessoa. Um outro filho do comendador, Capitão-de-fragata, João de Moraes Pessoa, vindo visitar o irmão no Quartel Geral, resolveu comprar uma fazenda e o fez do lado oposto do Rio Indaiá, em terrenos do hoje município de Tiros, batizando com os nomes de Fragata e nau de Guerra dois acidentes geográficos da propriedade. Outros irmãos vieram juntar-se a esses dois, constituindo a família Moraes Pessoa e a dos Borbas os primeiros moradores brancos a se fixarem em definitivo na região.

Foto 3 – Pico Nau de Guerra e Morro da Fragata (extremos)



Foto: Luizalvessg¹

O topônimo surgiu de um incidente entre garimpeiros vindos para o Rio Abaeté ou para ele se dirigindo, e soldados do Quartel D'Assunção, junto a um córrego situado nas proximidades da atual sede do município. Houve escaramuça com forte tiroteio, ficando o córrego conhecido como "córrego dos tiros", expressão que passou a topônimo e se estendeu a toda a região.

O núcleo onde se fixaram os primeiros moradores foi a "vila velha", primeiramente mero pouso de tropeiros no citado caminho para Goiás e Paracatu. Muito mais tarde, em 1920, um professor local, Leôncio Ferreira, teve a ideia de transferir o povoado para um local mais apropriado, ideia que se concretizou 8 anos depois, graças ao esforço comum dos habitantes em mutirão, que fizeram a limpeza do terreno com as respectivas derrubadas, destoca, capina, limpeza etc. do local escolhido, onde foi rezada missa campal ao pé de um cruzeiro erguido no lugar exato onde mais tarde se erigiu a igreja Matriz.

¹ Disponível em < http://www.panoramio.com/user/4671526?comment_page=1&photo_page=61> Acesso em 24 out. 2015.

Foto 4 – Igreja Matriz de Santo Antônio em Tiros-MG



Fonte: <http://www.diocesedepatosdeminas.org.br>, Acesso em 25 out. 2015.

Os primeiros moradores a se transferirem foram Ernesto Bomtempo, Sebastião Dias, Agenor Faria e João Cruz; era chefe do Executivo Municipal, na época da transferência da sede, José Bomtempo de Oliveira.

Tiros foi, em 1942, teatro de duas batalhas entre legalistas e rebeldes na célebre revolução. Comandava os rebeldes locais José de Borba, filho do primeiro morador (cap. Antônio Fernandes Borba) e era comandante dos legalistas o cap. Domingos De Moraes Pessoa, irmão do comandante do Quartel Geral e filho do português comendador Antônio José Delgado. Na primeira refrega, venceram os rebeldes que se apossaram do quartel da milícia; na segunda, os legalistas, reforçados por um contingente de 400 homens, vindos de Pitangui, saíram vitoriosos e levaram José de Borba prisioneiro para Pitangui. Há, no município, um morro denominado Morro do Espia, local onde o delegado legalista Justino Nunes da Silva, foragido quando os rebeldes dominaram, colocou um escravo a vigiar, ou “espiar”, enquanto não chegava o reforço pedido em Pitangui.

Tiros foi, nos primórdios de sua vida, subordinado ao Quartel Geral; mais tarde, foi distrito do município de Abaeté, sendo elevado a município em 1923. Seu nome foi sempre o mesmo, com exceção de uma época em que se lhe agregou o nome de Santo Antônio, padroeiro local, o que deixou de acontecer quando de sua elevação à categoria de município.

FORMAÇÃO JURÍDICA: De conformidade com a divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual nº 88, de 30 de março de 1938, e a divisão administrativa do estado, em vigência no quinquênio 1939-1944, instituída

pelo decreto-lei nº 17 de dezembro de 1938, o município de Tiros é um dos termos judiciários de que se forma a comarca de São Gotardo. A divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no quinquênio 1944-1948, apresenta o termo judiciário de Tiros ainda sob a jurisdição da comarca de São Gotardo, porém, integrado por dois municípios: Tiros e São Gonçalo do Abaeté, que foi instituído pelo Decreto-lei nº 1058, acima referido. A comarca de Tiros foi criada pelo Decreto-lei estadual nº 2024, de 08 de outubro de 1948, e instalada a 15 de novembro do mesmo ano. O município de São Gonçalo do Abaeté acha-se sob a jurisdição da comarca de Tiros.

2.2.2 ASPECTOS GEOGRAFICOS

Figura 1 – Mapa da localização do Município de Tiros - MG



Fonte: IBGE – 2015

Tiros-MG possui uma área territorial de 2.091,774 km², com densidade demográfica de 3,30 km².

2.2.3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

No censo de 2010, a população de Tiros – MG era de 6.906 mil habitantes, o que mostra a falta de preocupação do Estado em manter políticas públicas para a região. Além disso, não há no município centro cirúrgico ou outros recursos que possibilitam a realização

de partos. Assim, praticamente não nascem mais tirenses, pois quase todas as mães se locomovem para cidades vizinhas como São Gotardo e Patos de Minas para darem à luz.

Estes são apenas alguns aspectos da falta de políticas públicas para a cidade. Muitos outros podem ser evidenciados.

2.2.4. ASPECTOS POLÍTICOS

A Lei provincial nº 1416 de 9 de dezembro de 1867, confirmada pela Lei estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891 criou o distrito que, na divisão administrativa de 1911 e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, integra o município de Abaeté, com o nome de Santo Antônio dos Tiros. O município foi criado pela Lei estadual nº 843 de 7 de setembro de 1923, com território dos distritos de Tiros, antigo Santo Antônio dos Tiros, São José do Canastrão e Canoas (este desfalcado de duas partes de seu território, uma incorporada ao distrito de Buritizeiro, no município de Pirapora e, a outra, ao de Nossa Senhora do Loreto de Morada Nova, município de Abaeté) e São Gonçalo do Abaeté, este último criado pela já citada Lei, com território desligado do de São José do Canastrão que, por sua vez, foi acrescido de parte do de Canoas. Os três primeiros distritos desmembraram-se dos municípios de Abaeté. A 10 de fevereiro de 1924, deu-se a instalação do município de Tiros que, no quadro da divisão administrativa, relativa a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Industrial e Comércio", figura constituído dos distritos de Tiros (sede), Canoas, São Gonçalo do Abaeté e São José do Canastrão. Com os mesmos distritos, permanece a referida comuna nos quadros da divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937 e no anexo ao Decreto-lei estadual nº 88, de 30 de março de 1938, notando-se, apenas que, em 1936, o distrito de São José do Canastrão aparece com o nome simplificado para Canastrão. Também, na divisão judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual nº 148 de 17 de dezembro de 1938, para vigorar no quinquênio 1939-1943, o município continua integrado pelos distritos de Tiros, Canastrão, Canoas e São Gonçalo do Abaeté. Em face do Decreto Lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, o município de Tiros perdeu, para o recém-criado município de São Gonçalo do Abaeté o distrito deste nome e de Canoeiros (antigo canoas) e parte do território do distrito de Canastrão, transferida para o distrito-sede de São Gonçalo do Abaeté. Em consequência, o município de Tiros, na divisão territorial judiciário-

administrativo a do Estado, em vigor no quinquênio 1944-1948, estabelecida pelo Decreto nº1058, citado, passou a abranger somente dois distritos: o da sede e o de Canastrão. Isso vigora ainda hoje.

2.2.5 ASPECTOS SOCIAIS

No referido município há 8 estabelecimentos de saúde, conforme se pode observar em visita ao local. De acordo com o *site* IBGE Cidades, o IDH em 2010 é de 0,683. Pode-se constatar que uma parcela bem elevada da população apresenta carteira assinada como nas lavouras ou tem acesso a programas sociais federais.

2.2.6 ASPECTOS ECONÔMICOS

A economia gira em torno da Agricultura com Lavouras Permanentes e da pecuária.

2.2.7. ASPECTOS EDUCACIONAIS

O Município de Tiros - MG conta hoje com uma escola estadual que oferta o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, tanto regular quanto na modalidade Educação de Jovens e Adultos. De acordo com o *site* IBGE Cidades existem 879 pessoas matriculadas no ensino fundamental e 239 no ensino médio.

O Ensino Fundamental I foi todo municipalizado e, além dos dois grupos escolares localizados no perímetro urbano da cidade, há duas escolas funcionando na zona rural. Funciona também uma creche, três escolas de Educação Infantil e uma escola de Educação Especial (Apae). Todas as demais escolas rurais foram fechadas. Os alunos foram transferidos para a zona urbana e ônibus são enviados à zona rural para buscar os poucos que ainda vivem aí. A maioria se mudou. Além disso, está em fase de conclusão a construção de uma nova creche.

Além dos riscos diretos com o transporte em estradas de chão, em veículos desgastados, o maior problema é a ausência de uma identidade desses alunos. Eles não são

urbanos, mas se sujeitam aos costumes dessa fatia de população. Sofrem *bullying* e, muitas vezes, não interessam pelos estudos. Grande parte deles evade.

E o círculo se fecha. Ausência de políticas públicas para o campo. Ausência de escola. Ausência de autonomia. É preciso reverter essa situação. E isso só terá início quando o primeiro projeto de reabertura de uma escola rural tiver dado certo. Esse é o principal objetivo deste projeto.

2.3. INSTITUIÇÃO

Escola Municipal Cel. José Pessoa

2.4. PÚBLICO ALVO

Estudantes das comunidades rurais de Cerradinho, Buracão, Fragata, Tinta Amarela, Bebedouro, Rapadura, São Bento, Pedra Branca, Água Limpa e demais comunidades vizinhas, no município de Tiros - MG

2.5. PERÍODO DE EXECUÇÃO

Início (mês/ano): 09/2015 **Término (mês /ano):** as atividades de mobilização se estenderão até o mês 03/ 2016. Entretanto, diversas outras atividades ocorrerão no decorrer de todo o ano de 2016 e 2017, quando se pretende reabrir a escola, no início do ano letivo.

3. AMBIENTE INSTITUCIONAL

Até meados da década de 1950, não havia na região nenhuma escola funcionando como instituição, cada família que desejava escolarizar seus filhos, em geral, contratava professores particulares que residiam em suas casas e atendiam seus filhos e alguns vizinhos. Diferentemente dessa realidade, a família de Lázaro de Moraes Pessoa e Luísa Teixeira de

Araújo se dispôs a levar uma professora para morar em sua casa, mas com o objetivo de atender a todas as crianças da comunidade e liderou a construção, em forma de mutirão, de um pequeno rancho que, embora de forma muito precária, durante anos funcionou com muito êxito.

Vale ressaltar que no início a professora era paga com recursos próprios, um salário muito baixo, além da doação de sua alimentação e roupas, e do alojamento. Essa profissional morou com a família por cerca de nove anos, até o seu casamento.

Durante o dia, todos laboravam em seus afazeres e, à noite, quando a professora ia preparar seu material para o dia seguinte, dona Luísa, a camponesa que também havia labutado o dia todo, embora cansada, sentava-se ao seu lado e, no silêncio de seus sonhos, observava o trabalho e, com o tempo, aprendeu, inclusive, a ler e a escrever. Isso é realmente espetacular.

Com o passar do tempo, a comunidade conseguiu que a professora passasse a ser paga com recursos do governo estadual. A partir de 1967, no entanto, a escola foi municipalizada. No ano de 1971, preocupado com a situação da casa escolar, o casal doou um hectare de sua pequena propriedade para a prefeitura, que, assim, construiu o atual grupo escolar.

Além da primeira professora, dona Cecília, também atuaram na escola um sargento reformado da comunidade, o Professor Filenes, duas filhas do casal, Maria Amélia e Marly, e depois duas sobrinhas, Mary e Eliana. A escola oferecia da alfabetização até a terceira série, inicialmente, e a partir de 1998 até 2011 passou a oferecer também a quarta série e conseguiu aumentar seu quadro de funcionários para duas professoras em duas salas de aula (a segunda funcionando no Centro Comunitário) e uma merendeira.

A história aqui contada é também a história de vida dessas duas cursistas que assinam o presente projeto de intervenção nesse curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, pois foi nela que foram alfabetizadas. Como as cursistas, os alunos egressos dessa escola prosseguiram seus estudos sem maiores dificuldades. Além de ensinar a ler e a escrever, ali era oferecida catequese para a primeira Eucaristia, hábitos de higiene e cuidados pessoais, história e geografia locais e nacional e muito mais. Havia excursões para diversas finalidades: desde simples lazer nos dias mais quentes à beira dos límpidos córregos da região, visitas de reconhecimento e valorização das várias espécies vegetais do cerrado, até visitas a artesões

para aprendizado sobre seus ofícios e seus históricos. Exemplo disso eram visitas aos trabalhadores com taquara para fabricação de balaios, tecedeiras de algodão, beneficiadores de pimentas, entre muitos outros.

Nas saídas para as excursões todos a pé, entoavam cantos de amor à natureza. Durante o recreio, os alunos brincavam de roda e de muitas outras brincadeiras coletivas.

A merenda era feita pela própria professora, auxiliada diariamente por dois alunos que se revezavam e por outros dois que, posteriormente, lavavam as louças. Assim se ensinava também o valor da colaboração com as tarefas domésticas. Nunca alguém ficou prejudicado por não estar presente na sala nesses momentos de preparo da merenda. Como a turma era seriada, a professora cuidava das crianças das outras séries nesses momentos.

Quando alguém passava pela escola, todos tinham que se levantar para receber aquela pessoa. Assim, o respeito aos idosos e a todos era vivenciado, na prática. Era muito emocionante receber cada um. Não somente o visitante se sentia honrado, como também seus familiares que ali estudavam.

Na escola prevalecia a alegria e o espírito de coletividade. Apesar da quase inexistência de materiais didáticos, a professora preparava seus planos e levava a cabo sua tarefa com muita responsabilidade e dedicação. Assim foi não somente com as cursistas, mas também com todos os demais alunos até o fechamento da escola. Pena que desta escola, hoje, só um “retrato na parede. E como dói!”

3.1. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sem consultar a comunidade, em 2011, a escola foi fechada. O sonho de reabri-la, no entanto, persiste desde então. Luísa Teixeira não era mais viva, mas deixara como legado o amor à instituição. Sem a escola, muitos problemas surgiram e outros se agravaram. Muitos materiais foram roubados do prédio e, o mais grave, deixou de haver um centro para as reuniões. Os moradores tiveram a qualidade de vida piorada, pois sobrevieram muitas dificuldades para estudar seus filhos.

Para além dessas dificuldades, persistem na comunidade hábitos depredadores. As pessoas não cultivam suas hortas e tem-se a total dependência dos recursos vindos da região urbana. As reuniões não são mais pelos mesmos motivos. Hoje, quando acontecem, só servem de pretexto para bebedeiras. A falta do espaço traz inúmeras consequências negativas que é preciso reverter. Tudo isso tem sido constatado nas visitas anuais das cursistas ao município e dos relatos dos moradores.

Conscientes da existência de muitas políticas públicas em prol da agricultura familiar e imbuídas de grande desejo de propiciar o acesso a essas políticas e de reverter o quadro instaurado, há algum tempo surgiu o desejo de realizar o projeto.

Dessa forma, no I Encontro Presencial desse Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com Ênfase em EJA/ 2014-2015, uma esperança nasceu. Foi feita a exposição da possibilidade de criação de escolas do campo. Começou, então, o sonho. No entanto, muitas têm sido as dificuldades. A primeira era a transição de um projeto aceito na inscrição para um novo projeto. Muitas outras, como a distância e a falta de acesso aos dados também concorreram para o atraso na redação do projeto. Juntou-se a isso a dificuldade de coletar dados concretos da caracterização da comunidade, pois se temia criar nos moradores expectativas não realistas.

Apesar disso, muitos esforços foram envidados para a realização do projeto que, com o auxílio dos colegas e, principalmente, da orientadora, foi tomando corpo. Hoje se tem um projeto possível, com algumas atividades já programadas. Não se sabem os resultados. Mas se tem a certeza de que a esperança é o que move cada passo. São muitas vontades concorrendo para sua realização. E há muito a ser feito. Este projeto é só o começo.

4. JUSTIFICATIVA/CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA/MARCO TEÓRICO

4.1. JUSTIFICATIVA

O processo de fechamento das escolas do Campo no Brasil tem sido uma ofensiva do Agronegócio que expulsa os moradores do campo, foram fechadas, de acordo com dados do

próprio INEP (2014), mais de 37 mil escolas rurais nos últimos dez anos (de 102 mil, em 2002 para 65 mil em 2015). Com a Escola Municipal Cel. José Pessoa, não foi diferente. Apesar do sucesso da escola, pois quase todos os alunos oriundos dessa unidade escolar eram bem vindos nas escolas da cidade de Tiros-MG, devido ao bom desempenho escolar e do número bastante elevado de estudantes, em 2011 a comunidade foi surpreendida com o fechamento da mesma. Todos os alunos e professoras foram obrigados a abandonar sua história, seu lugar e suas casas para se aventurarem em um transporte escolar precário e viajarem desde a madrugada para irem estudar nas escolas da zona urbana. Antes, porém, ofereceram muita resistência, organizados, lutaram bravamente na defesa de seus ideais, mas infelizmente sucumbiram diante da truculência do poder público ineficiente na condução do processo educacional, municipalizando todo o ensino básico das séries iniciais, aniquilando, assim, o sonho de pessoas indefesas de terem acesso ao ensino público de qualidade em seu lugar de morar.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Dessa forma, as pequenas escolas foram fechadas e, junto com elas, também a vida camponesa se exauriu. Aos poucos às famílias foram mudando e a escola, espaço de elo comunitário, foi sumindo e se deteriorando. A água era bombeada para uma caixa d'água que foi roubada, além de todas as lâmpadas e fiação e todo o mobiliário. Nesse sentido Tem-se, então, a problemática deste PIL: o que fazer para propor a reabertura da escola, agora nos princípios da educação no campo?

4.3. MARCO TEÓRICO

“O impossível é o começo de todas as possibilidades.” – Sri Auroline

Diante de tamanho desafio de propor a reabertura da escola, agora nos princípios da educação no campo, houve um momento em que se deixou de sonhar e passou-se a agir, desenhando um novo caminho. A enorme destruição produzida pelo fechamento de escolas rurais tem sido fruto de uma orquestra direcionada com a intenção bem articulada da sociedade capitalista e consumista que combina seus interesses. Assim, as políticas públicas

em desacordo com as demandas populares e a completa desarmonia entre a realidade e o sonho dos pequenos agricultores vêm produzindo um distanciamento induzido pelo agronegócio.

De acordo com Silva (2015), “o cruzamento de dados disponíveis pelo Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) nos mostra que a educação no campo corre no sentido contrário.” A autora afirma que “apenas em 2014, mais 4.084 escolas do campo fecharam suas portas.” E acrescenta que “se pegarmos os últimos 15 anos, essa quantidade salta para mais de 37 mil unidades educacionais a menos no meio rural.” Assim, “se dividirmos esses números ao longo do ano, temos oito escolas rurais fechadas por dia em todo país.” Além disso, para Zinet *apud* Nassif (2015) “segundo dados do Censo Escolar, existiam 103.328 escolas rurais no Brasil em 2003, esse número caiu para 66.732 no ano passado, o que equivale ao fechamento de cerca de 277 instituições rurais por mês.”

Pode-se verificar, com isso, que os instrumentos criados precisam ser revistos para que se reverta essa situação. Por exemplo, o esforço do governo federal em ampliar o transporte escolar rural, tem concorrido para esse fechamento de escolas na zona rural. De acordo com Zinet *apud* Nassif (2015) “os municípios têm fechado escolas rurais porque elas têm um custo relativamente mais caro que as urbanas. Isso acontece porque o número de estudantes por sala é menor nas rurais.” Para esse autor, “algumas das principais fontes de financiamento dos municípios para a educação estão atreladas ao número de alunos” (ZINET *apud* NASSIF, 2015). Dessa forma, quanto menos matriculados, menor é o repasse do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) para os municípios. Zinet *apud* Nassif (2015) assegura que, os custos, no entanto, continuam parecidos, pois o número de professores permanece praticamente o mesmo, porém com um número menor de alunos; os gastos com manutenção também se mantêm praticamente estáveis. Ainda de acordo com Zinet *apud* Nassif (2015), pesquisadores do Ipea concluíram que as possíveis explicações para o processo acelerado de fechamentos de escolas rurais podem ser encontradas no desenho da política nacional de educação, que acaba por incentivar as prefeituras a buscar recursos para transporte escolar e não para manter os alunos próximo ao seu local de moradia.

Zinet *apud* Nassif (2015) assinala que esses pesquisadores do Inep denunciam que “há uma maior facilidade para obter financiamento para o transporte escolar do que para a manutenção de escolas, pode estar havendo uma indução tácita, não intencional, da política nacional de transporte escolar.” O fechamento das escolas no campo não pode ser entendido somente pelo viés da educação. O que está em jogo é a opção do governo por um modelo de desenvolvimento para o campo, que é o agronegócio. Além disso, há “a adoção de conteúdos, práticas e atividades distantes do universo cotidiano e simbólico dos alunos camponeses, quilombolas ou ribeirinhos, como aponta Erivan *apud* Silva (2015). Zinet *apud* Nassif (2015) conclui citando o ex-presidente do Inep e professor da UnB, Luiz Araújo, para quem “a educação rural pode ser mais cara, mas existem determinados serviços públicos que são mais caros mesmo e é preciso garantir a sua oferta mesmo assim.”

Ademais, essa política de transporte escolar, como muitas outras de transporte, é resultado de financiamentos de campanha por grandes grupos, como os da indústria automobilística. Para Sautchuk (2015), “esses interesses, em muitos casos, são os mesmos que financiam a eleição de prefeitos, de modo que fica tudo em casa e as normas que poderiam promover substanciais mudanças descansam no papel. Ou seja, é uma questão de decisão política.”

Dessa forma, a produção acelerada de *commodities* atende, e bem, à demanda do mercado, já que ela se baseia no consumo, produção e destruição dos recursos naturais e dos saberes populares. Essa nova ordem econômica, introduz uma cultura autoritária e alienada com a firme finalidade de abrir a fronteira do medo e da dominação. De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p. 99):

Essa nova divisão do trabalho se mostra hoje mais claramente; nela os países hegemônicos no sistema mundo moderno-colonial são ‘sociedades da informação’ ou ‘sociedades do conhecimento’; já os países coloniais e semicoloniais, exportadores de *commodities* (...) Nela, os países coloniais e semicoloniais são ‘mão de obra’ da obra desenhada, planejada e projetada pelos que pensam, ou seja, pela cabeça dos *designers*, dos executivos e dos intelectuais dos países hegemônicos do sistema mundo moderno-colonial.

Assim, imbuídas de propósitos e determinação, desafia-se o medo e se ousam encontrar novas veredas que redesenhem matizes e alimentem a esperança. Nessa façanha, descobriram-se aliados com sonhos comuns, guerreiros da luz que também vivem na fronteira

da astúcia, não se cansam pelo desânimo e orientam a busca do que virá a ser, por meio do conhecimento de tais demandas.

O modelo hegemônico se baseia na cultura de mercadorias, na geração de lucros e energia e na falta de cuidado com a infraestrutura ambiental. No entanto, os movimentos camponeses consideram insustentável esse modelo proposto pelas elites capitalistas. A gestão é centralizada e controlada por grandes grupos econômicos; o cultivo se dá em grandes propriedades e, quando envolve os pequenos agricultores, isto se dá por meio de sua integração às indústrias. Já “a proposta camponesa se assenta na organização de sistemas cooperativados de industrialização, descentralizados, baseados na produção diversificada de matérias-primas e em indústrias multifuncionais” (GÖRGEN, 2012, p. 58).

Ter intensão positiva, ética do cuidado com a grande casa comum são princípios gerados da lógica e da cultura do cuidado. Cuidar da natureza, cuidar das pessoas é uma lógica eco lógica, que transforma a realidade com respeito à diversidade e observa a dinâmica da natureza, uma vez que traduz harmonia e respeito e, ao mesmo tempo produz conexões. Assim, baseada nessa visão ecossistêmica de resgate de valores, a permacultura faz uma corajosa regeneração, apenas observando a permanência amorosa da natureza e seus ciclos, suas cores e desenhos, sementes, flores, diversidade conectiva e seu *designe* cooperativo e agregador. Esse é o sentido que se deve dar à vida. A palavra mestra é regenerar. De acordo com Monteiro (2012, p. 68):

em muitos territórios onde existe forte presença da agricultura camponesa, os agroecossistemas são mais biodiversificados, produzem alimentos com fartura e diversidade, em harmonia com a natureza, respeitando seus ciclos e recuperando e mantendo coisas que são essenciais para uma agricultura verdadeiramente sustentável: águas, solos férteis, biodiversidade, riqueza cultural e sabedoria dos povos e comunidades.

Uma escola nos princípios da educação no campo pode ser possível e tem sido em muitos lugares desse vasto país. Essa possibilidade existe. Essa escola que se desenha seria uma nova escola de campo ou uma transição, parte necessária para o que vir a emergir. Importante é dar protagonismo aos atores de sua realidade e do mundo ao seu redor.

Assim, vislumbra-se uma escola de campo na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), que leva em consideração a diversidade. Para tal, é necessário investigar tanto

as especificidades da educação do campo, quanto os desafios a serem enfrentados na sua implantação, para que se tenha clareza de seus objetivos primordiais. Para Molina & Sá (2012, p.327):

A concepção de escola do campo se insere também na perspectiva gramsciana da Escola Unitária, no sentido de desenvolver estratégias epistemológicas e pedagógicas que materializem o projeto marxiano da formação humanista omnilateral, com sua base unitária integradora entre trabalho, ciência e cultura, tendo em vista a formação dos intelectuais da classe trabalhadora.

Essa escola proposta vai ser o espaço agregador. Contudo, os saberes ultrapassam o conhecimento formal. Para além das condições de saberes e fazeres que estão guardados na memória da coletividade, sustentam o aprendizado de tecnologias sociais que empoderem estes sujeitos a fim de que acessem novos conhecimentos que deem a eles prazer de viver e pertencer, com autossuficiência. Tecnologias baseadas na permacultura possibilitarão o melhor manejo da terra, da água e de todos os recursos naturais. Reaprender a trabalhar nos princípios da agroecologia, do aproveitamento da água da chuva, de manejo do lixo e de práticas não degeneradoras, como a construção de bacias de evapotranspiração, banheiros secos, minhocário e composteiras, por exemplo, bem como a produção do maior número possível de alimentos, para o sustento, vendendo o excedente para os programas de merenda escolar tornarão possível uma vida regenerada. A EJA, por sua vez, conforme afirma Araújo (2012, p. 252), diz respeito às:

práticas educativas escolares e não escolares desenvolvidas com e para os trabalhadores jovens e adultos que habitam no campo brasileiro e que, nas suas trajetórias de vida, não tiveram a oportunidade de entrar na escola, ou, ainda, os que entraram e não puderam nela permanecer na idade regular. A EJA é ainda uma resposta às demandas por escolarização colocadas pelos sujeitos sociais do campo, demandas estas fruto de um longo período histórico de exclusão dos trabalhadores do acesso à educação escolar. A EJA é mais do que alfabetização apenas (embora esta seja a condição fundamental). As práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais camponeses apontam uma perspectiva de EJA para além da escolarização, considerando os aprendizados que os trabalhadores vão adquirindo por meio de suas experiências de lutas e de trabalho, sem negar a importância fundamental da educação escolar como espaço privilegiado de acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade.

Arroyo (2012, p. 235) salienta que “A defesa da Educação do Campo se justifica como uma ação afirmativa para correção da histórica desigualdade sofrida pelas populações do campo em relação ao seu acesso à educação básica e superior.” Ainda para esse teórico (idem, ibidem), ao fazer a história, os seres humanos se fazem, se formam e se humanizam. É por isso que diferentes formas de fazer a história e de reconhecer os seres humanos como sujeitos de história ou de segregá-los imprime determinadas marcas no fazer-se, no formar-se, no humanizar-se que exigem reconhecimento na teoria e nos projetos de formação.

É importante ressaltar, ainda, que a implantação dessa escola deve levar em conta os princípios da educação básica do campo. É necessário enxergar a educação como direito de todos. O acesso e a permanência na escola estão consagrados na Constituição brasileira (art. 206), que indica a necessidade de elaboração, financiamento, implementação e avaliação de políticas mantidas pela União, Estados e Municípios, como “primar pela busca da universalidade na sua implementação e pelo respeito às diferenças como princípio de combate à exclusão” (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 239)

É importante ter presente, também, que o foco principal da educação do campo é da política pública ou a intervenção do Estado na configuração do projeto dominante de educação, bem como no projeto de desenvolvimento e de agricultura, conforme salienta (Caldart, 2012). Para esta autora, este foco não é toda a análise a ser feita, embora exija a busca da totalidade, objetivada pelo menos na apreensão das contradições presentes na realidade que envolve “a tríade campo, educação, política pública” (idem, p. 2). Em alguma medida esta tríade, ou a busca das conexões internas entre essas esferas em uma realidade social e histórica determinada, já foi consolidada.

Ressalte-se, por exemplo, a existência de vários fóruns que dialogam com tais realidades. Dentre eles podemos destacar o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) e o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo). Tudo isso se fundamenta em políticas públicas já disponibilizadas e a que os moradores do campo podem ter acesso, tais como: PPA 2012-2015 – o Plano Mais Brasil – da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que implementa políticas públicas integradas aos Programas e Ações da Educação Superior, Profissional e Tecnológica e Básica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando diferentes públicos e temáticas, a saber: Educação Especial, Educação para as Relações Étnico-Raciais,

Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola, Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Gênero e Diversidade Sexual, Combate à Violência, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos. As áreas de atuação da SECADI contemplam, ainda, agendas políticas de caráter intersetorial, por meio, principalmente, do PDDE Escola do Campo. (BRASIL, 2015).

Caldart (2012, p. 16 e 17) enfoca nessa dinâmica, “quatro eixos de ação: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação profissional e tecnológica e infraestrutura.”

Ademais, com o auxílio dos parceiros citados e outros mais, será possível vislumbrar um novo tempo na Escola Rural Municipal Cel José Pessoa. No entanto, a transformação para uma escola do campo é necessário que se busque formação dos sujeitos envolvidos, sobretudo, a formação de educadores. A escola precisa ser um espaço tanto de produção de conhecimento, quanto de disseminação de saberes que possibilitem a conscientização da realidade e dos movimentos a serem realizados.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivo Geral: Propor a reabertura de uma escola na área rural, nos princípios da educação no campo.

5.2. Objetivos Específicos

- Fazer um levantamento do número de pessoas da comunidade de Cerradinho e circunvizinhas sem escolaridade ou com baixa escolaridade e ainda com analfabetismo funcional;
- Mobilizar essas pessoas em razão da possibilidade de transformação de seu ambiente de vivência e sua realidade;
- Debater as necessidades educacionais específicas dos moradores e futuros estudantes e suas perspectivas;

- Fomentar a discussão acerca das atuais condições de vida e trabalho desse povo;
- Disseminar o desejo de mudança da realidade local, por meio da propagação de práticas ambientais sustentáveis e autossuficientes

6. ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES

- O levantamento do número de pessoas da comunidade de Cerradinho e circunvizinhas sem escolaridade ou com baixa escolaridade e ainda com analfabetismo funcional será registrado a partir dos dados já coletados pelo agente de saúde. Concelita Pessoa, em visita à cidade, contactará esse agente de saúde e fará o registro.
- Para mobilizar essas pessoas em razão da possibilidade de transformação de seu ambiente de vivência e sua realidade, a professora Márcia Bittencourt fará uma visita ao local, em que será feita exposição dos resultados de programas de agricultura familiar e de escolas do campo ao redor do Brasil. Na ocasião, será organizada, também, uma oficina com grupos parceiro permacultores como Cavaleiros da Luz sobre a construção de caixas para coleta de água da chuva.
- Com o objetivo de debater as necessidades educacionais específicas dos moradores e futuros estudantes e suas perspectivas, ainda no evento do item anterior, será realizada uma discussão com os moradores, também para fomentar o debate acerca das atuais condições de vida e trabalho desse povo. Isso ficará a cargo de Márcia Pessoa.
- A fim de disseminar o desejo de mudança da realidade local e de propagar práticas ambientais sustentáveis e autossuficientes, será agendada uma visitada professora Enaile ao grupo escolar e de um representante do INEP, com vistas a discutir possíveis ações a respeito da agricultura familiar, dentre elas o fornecimento de alimentos para o programa municipal de merenda escolar.

7. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MÊS/ANO
Levantamento do número de pessoas da comunidade de Cerradinho e circunvizinhas sem escolaridade ou	Dez/2015 a Jan/2016

com baixa escolaridade e ainda com analfabetismo funcional: agente de saúde local e voluntário do projeto Osvaldo Pessoa;	
Preparação do “terreno”, durante a mesa da partilha, para os próximos eventos (dinâmicas “dança circular”) e breve apresentação do projeto pelo Padre Rui César, Concelita e Márcia Pessoa;	Missa mensal no Grupo em 27 de dezembro de 2015
Audiência pública mediada pelo Judiciário local	Fevereiro de 2015
Assinatura de um “Contrato de Intenções” entre representantes da comunidade, da igreja e dos parceiros prefeito municipal e secretária estadual de educação	Fevereiro de 2016.
Visita da professora Márcia Bittencourt, oficina com um educador a ECO-CUT e debate com a comunidade.	Março de 2016.
Visita de Enaile do Espírito Santo Iadanza, Professor Manuel Pereira de Andrade, deputado Padre João, Felipe Pessoa e representante do FNDE	Mai de 2016
Oficinas diversas	A cada dois meses
Reabertura da escola	Início do ano letivo de 2017

8. PARCEIROS

- ✓ Prefeitura Municipal de Tiros-MG;
- ✓ Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, especialmente a secretária Macaé Evaristo;
- ✓ Deputado Estadual por Minas Gerais Padre João Carlos Siqueira;
- ✓ Projeto Re-Ação, senhor Igor A. Aveline;
- ✓ Poder Judiciário local;
- ✓ Emater-MG;
- ✓ Secretaria Nacional de Articulação Social, Departamento de Participação Social;
- ✓ Banco do Brasil;
- ✓ Paróquia Santo Antônio de Tiros, pároco padre Rui César;
- ✓ Instituto Ipoema, Brasília-DF;
- ✓ Instituto Tecnológico Hahnemann, Viçosa-MG;
- ✓ Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba, a cerca de 70 quilômetros do local;
- ✓ Agente comunitário de saúde, senhor Osvaldo Luiz Pessoa;
- ✓ Professora Márcia Bittencourt;
- ✓ Professora Enaile do Espírito Santo Iadanza;
- ✓ Senhor Felipe Pessoa Pinheiro, servidor do FNDE;

- ✓ Permacultora Andreia Zimmermann - CSA Toca da Coruja;
- ✓ Fabiana Mongeli Peneireiro - CSA Aldeia do Altiplano;
- ✓ Educadora agrônoma Helena Maria Maltez;
- ✓ Lideranças comunitárias;
- ✓ CUT (Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT – Apolônio de Carvalho, ECO/CUT), com vistas à criação de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município;
- ✓ Postos Avançados da UnB;
- ✓ Grupo de Estudos Amazônicos da UnB;
- ✓ Antigos alunos; moradores da comunidade que não têm filhos em idade escolar;
- ✓ Outros movimentos sociais de base.

9. ORÇAMENTO

As professoras Concelita Pessoa e Márcia Pessoa vão fazer o acompanhamento detalhado. O critério será a realização de cada etapa no prazo estabelecido, não podemos precisar o Orçamento para a reabertura da escola.

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

As professoras Concelita Pessoa e Márcia Pessoa vão fazer o acompanhamento detalhado. O critério será a realização de cada etapa no prazo estabelecido.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. Educação de Jovens e Adultos (EJA). In: CALDART, Roseli Salette *et all* (org) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel. Diversidade. In: CALDART, Roseli Salete *et all* (org) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, República Federativa do. PDDE Escola do Campo. MEC, SECADI. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=16457&Itemid=> Acesso em 21 jun. 2015.

CALDART, Roseli Salete *et all* (org) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GOEGEN, Frei Sergio Antonio. Agrocombustíveis. In: CALDART, Roseli Salete *et all* (org) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=316890&search=minas-gerais|tiros|infograficos:-historico>, acesso em 19 de outubro de 2015.

<http://www.diocesedepatosdeminas.org.br/>. Acesso em 25 de outubro de 2015.

<https://www.google.com.br/maps/place/19%C2%B005'39.1%22S+45%C2%B052'50.0%22W/@-19.0942066,-45.8811667,239m/data=!3m2!1e3!4m2!3m1!1s0x0:0x0!10m2!1e2!2e12>. Acesso em 12 de outubro de 2015.

http://www.panoramio.com/user/4671526?comment_page=1&photo_page=61. Acesso em 24 de outubro de 2015.

MOLINA, Mônica Castagna & SA, Lais Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et all* (org) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. In: CALDART, Roseli Salete *et all* (org) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de & CAMPOS, Marília. Educação básica do campo. In: CALDART, Roseli Salete *et all* (org) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Ambiente (meio ambiente). In: CALDART, Roseli Salete *et all* (org) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SAUTCHUK, Jaime. Imobilidade urbana II. In: RIBEIRO, Assis. *Causas e soluções para a falta de mobilidade urbana*. Disponível em <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/causas-e-solucoes-para-a-falta-de-mobilidade-urbana>> Acesso em 19 de novembro de 2015.

SILVA, Maura. *Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014*. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html>> Acesso em 19 de setembro de 2015.

ZINET, Caio. *Nos últimos 11 anos, 277 escolas foram fechadas por mês no Brasil*. Disponível em <<http://jornalggn.com.br/blog/centro-de-referencias-em-educacao-integral/nos-ultimos-11-anos-277-escolas-rurais-foram-fechadas-por-mes-no-brasil>> Acesso em 19 de novembro de 2015.